



Temer cede a caminhoneiros

Presidente atende a uma das principais reivindicações da categoria, em greve há oito dias. A-3AA-5

■ O Governo Federal recuou e decidiu congelar por 60 dias a redução do preço do diesel na bomba em R\$ 0,46/litro. Esta foi uma das medidas anunciadas pelo presidente. A-3

■ Os petroleiros do País planejam uma greve nacional de advertência por 72 horas, que deve começar na quarta-feira. Na região, sindicato faz assembleia. A-4

■ Por conta da crise no abastecimento provocada pela paralisação dos caminhoneiros, várias instituições de Ensino Superior suspenderam as aulas de hoje. A-5

Fonte: Jornal A Tribuna – 28/05/2018

Petroleiros farão greve de 72 horas

■ No momento em que os governo Federal e Estadual reforçam as negociações com caminhoneiros para o término da paralisação da categoria, outro setor pode comprometer a normalização do abastecimento de combustíveis no País. Os petroleiros anunciaram uma greve nacional de advertência por 72 horas, que deve começar na quarta-feira.

A paralisação é liderada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos filiados. Por aqui, o movimento terá adesão do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro), que deve definir, hoje, em reunião, como serão realizadas

Fonte: Jornal A Tribuna – 28/05/2018

as manifestações na região.

Além de apoio aos caminhoneiros, pedindo a redução dos preços do gás de cozinha e dos combustíveis, a categoria é contra a privatização da empresa e pede a saída imediata do presidente da estatal, Pedro Parente.

“Há mais de dois anos estamos discutindo com a sociedade esta política de desmonte das refinarias, que faz com que se reduza a produção de derivados de petróleo e aumente a importação das refinarias americanas”, afirma o diretor do Sindipetro, Fábio Mello.

Ele avalia que isso, aliado à mudança na política de preços

implantada pela Petrobras em julho do ano passado, com paridade à cotação internacional da gasolina e do diesel, resultou na atual crise. “Isso implode qualquer economia”, diz Mello.

Por nota, a FUP informou que reivindica também a “retirada imediata das tropas militares que estão nas instalações da estatal”. Hoje, a entidade afirma que fará o Dia Nacional de Luta, com atos públicos e mobilizações em todo o Sistema Petrobras, “denunciando os interesses que estão por trás da política de preços de combustíveis, feita sob encomenda para atender ao mercado e às importadoras de derivados”.

Greve reacende reforma tributária, diz economista

A greve dos caminhoneiros e o caos logístico em que o Brasil mergulhou nesta semana escancararam a necessidade de uma urgente reforma tributária, prometida há décadas e nunca executada. Assim diz o economista Hamilton Marques, que não vê perspectivas de crescimento para o País sem que haja redução do nível de impostos cobrados de empresas e de todos os cidadãos. “Atualmente, o brasileiro trabalha cinco meses para pagar impostos e não vê isso revertido em benefícios. Em um cenário menos perverso, o ideal seria trabalhar três meses para quitar os tributos”, comenta. Segundo ele, as classes mais pobres são ainda mais afetadas pela tributação no País. Os impostos diretos e indiretos consomem 55% da renda das classes C e D. “Porém, o déficit das contas públicas não foi causado pelo povo. A má gestão e a corrupção é que levaram à situação que vivemos”.

Fonte: Jornal A Tribuna – 26/05/2018

Reajuste de funcionalismo é de 9,24% (MONGAGUÁ)

O índice de reajuste salarial concedido pela Prefeitura de Mongaguá para os cerca de 2 mil integrantes do funcionalismo público (9,24%) superou muito o percentual referente à inflação acumulada nos últimos 12 meses (2,06%), segundo apontado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Embora não tenha informado o impacto dessa medida para os cofres públicos, a Administração Municipal assegurou que a correção dos vencimentos está dentro do limite legal e não afetará as contas.

Fonte: Jornal A Tribuna – 27/05/2018

Sabesp pede que reajuste da conta de água seja revisado para cima

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) encaminhou na quinta-feira (24) à Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) um pedido de reconsideração da 2ª Revisão Tarifária Ordinária, que estipulou aumento de 3,5% na conta de água a partir de 10 de junho. Junto a essa solicitação, a companhia também fez um pedido de esclarecimentos e revisão à agência reguladora, que é responsável por definir os percentuais de reajuste nas contas de água e esgoto. O pedido da Sabesp à Arsesp foi feito em duas partes. Uma é um recurso administrativo dirigido ao presidente da agência, pedindo a revisão da decisão regulatória “a fim de que seja aplicado o devido ajuste compensatório na receita, considerando fatores como custo de energia elétrica e investimentos feitos”. Já o pedido de esclarecimentos e revisão pede que a Arsesp apresente os motivos que levaram a “significativa redução nas projeções finais dos custos operacionais para o período entre 2017 e 2020”. Após realizar consulta e audiência públicas, a Arsesp mudou alguns parâmetros de cálculo para os reajustes a serem aplicados no período. Com menor cobertura dos custos operacionais, o percentual final estipulado foi de 3,5%, abaixo dos 4,7% calculados inicialmente pela própria agência reguladora. Estudo da Sabesp projetava índice de 5,45% para a inflação do mesmo período. A Sabesp também precisa lidar com a atual escassez de chuvas, que faz com que o Sistema Cantareira opere num nível inferior ao dos dias que precederam a crise de abastecimento hídrico, cinco anos atrás.

Fonte: Jornal A Tribuna – 26/05/2018

PERDEU A CARTEIRA DE TRABALHO?

VEJA COMO COMPROVAR A ATIVIDADE PARA APOSENTADORIA

Por Imprensa INSS
De São Paulo

O trabalhador que perde a carteira de trabalho pode nem precisar desse documento para se aposentar, caso todos os seus vínculos de emprego estejam no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Isso porque o INSS utiliza os dados do CNIS para a concessão de todos os benefícios, como aposentadorias, pensões, auxílios e salário-maternidade. Esse cadastro tem as informações que as empresas fornecem aos órgãos públicos sobre os vínculos e remunerações de seus empregados, além das contribuições feitas pelos contribuintes in-



dividuais, empresários e facultativos.

Para saber se seus dados estão no CNIS, o

trabalhador deve acessar o site inss.gov.br e entrar no link Extrato Previdenciário (CNIS). Na primeira vez, porém, vai ser preciso fazer um login e preencher seus dados, como número do CPF, nome, nome da mãe, data de nascimento e Estado de nascimento. O sistema vai gerar uma senha provisória e, no acesso seguinte, o

interessado deve trocar por uma definitiva. Em caso de dúvida no preenchimento dos dados, a pessoa pode ligar para o telefone 135, da Central de Informações da Previdência.

Procurar os antigos patrões.

Se houver vínculos de trabalho que não constem no CNIS, o traba-

COMO FAZER PARA IDENTIFICAR CADASTRO

- Acessar o site inss.gov.br
- Entrar no link Extrato Previdenciário (CNIS)
- Na primeira vez é preciso fazer um login e preencher seus dados, como número do CPF, nome, nome da mãe, data de nascimento e Estado de nascimento
- O sistema vai gerar uma senha provisória e, no acesso seguinte, o interessado deve trocar por uma definitiva
- Em caso de dúvida no preenchimento dos dados, ligar para o telefone 135, da Central de Informações da Previdência

lhador precisará ir atrás de seus antigos patrões. Isso ocorre quando a empresa não presta informações obrigatórias para os órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho e a Receita Federal. Nessa situação, a pessoa deve obter nas empresas onde trabalhou documentos como: declaração sobre sua atividade, cópia da folha

de registro de empregados, entre outros.

Se a empresa não existe mais, o trabalhador deve procurar a Junta Comercial, para obter o nome e endereço do responsável pela massa falida. Esse responsável é que deverá fornecer cópia dos documentos que comprovem o exercício da atividade.

Fonte: Jornal Diário do Litoral
28/05/2018